

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
PRÊMIO CLAUDE LÉVI-STRAUSS – MODALIDADE B**

**Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico
acerca da presença de mulheres nos quartéis¹**

Cristina Rodrigues da Silva²

Orientador: Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner³

Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil

Departamento de Ciências Sociais

Financiamento: FAPESP

¹ Agradeço à FAPESP pela bolsa concedida no período de 05/2005 a 12/2006 para a realização da iniciação científica que originou este trabalho. O presente artigo trata, portanto, de uma versão resumida de meu trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 2006.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar.

³ Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

RESUMO: Este paper apresenta um estudo etnográfico sobre aspectos do cotidiano das mulheres militares, de acordo com a visão delas, nos apontando para as construções de masculinidades e feminilidades contidas na profissão militar. Logo, sob um viés antropológico, buscamos compreender o segmento feminino inserido na instituição militar brasileira. Utilizamos como base teórica as etnografias e análises realizadas com as Forças Armadas brasileiras e os estudos sobre gênero relevantes para se pensar a proposta da pesquisa – cabe destacar que produções acadêmicas sócio-antropológicas sobre gênero e Forças Armadas são recentes e escassas. Também realizamos uma observação etnográfica na Academia da Força Aérea (Pirassununga/SP) e a realização de entrevistas com mulheres militares, em sua maioria alunas em processo de formação. Observamos através de nosso estudo algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no meio militar, que evidencia uma desigualdade na relação entre homens e mulheres, vista como a reapropriação da tradicional dicotomização dos papéis sexuais vivenciada pela nossa sociedade de uma forma geral – sociedade onde se impera uma dominância masculina. Mas, com o decorrer da análise dos dados, também pudemos notar uma outra idéia, a de que a mulher se reconhece como militar no seu ambiente de trabalho, quando passa a ser menos feminina e mais masculina, ou seja, quando passa a apresentar menos qualidades tidas como femininas (“fragilidade”, “delicadeza”) e incorporar qualidades “naturalmente” tidas como mais masculinas (“liderança”, “coragem”). Assim, pode-se verificar que, com as mulheres nas Forças Armadas, as percepções de feminilidade e masculinidade estão a todo o momento sendo (re) construídas e articuladas nas relações do cotidiano da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia – Gênero – Forças Armadas – Hierarquia - Igualdade

Introdução

O quartel geralmente é caracterizado como um território exclusivo dos homens, principalmente por envolver atividades consideradas de risco e de rigor disciplinar. Porém, nos últimos anos, tornou-se também um novo campo de atuação para as mulheres. As Forças Armadas brasileiras passaram a admiti-las no seu interior a partir de 1980⁴. O acesso delas à carreira militar no Brasil é realizado de forma voluntária, segundo critérios e oportunidades de cada Força.

Calcado nesta temática, este paper apresenta um estudo sobre os aspectos do cotidiano das mulheres militares, de acordo com a visão delas, nos apontando para as construções de masculinidades e feminilidades contidas na profissão militar, no que se refere à incorporação feminina nas Forças Armadas. A pesquisa compreendeu uma observação etnográfica na Academia da Força Aérea (Pirassununga/SP) e a realização

⁴ Temos alguns casos pioneiros de mulheres brasileiras com o militarismo que antecedem a data de 1980. A mais famosa foi Maria Quitéria de Jesus Medeiros, nascida na Bahia em 1792, participou nas lutas pela independência do Brasil, sob o nome de soldado Medeiros. Com isso, em 1823, integrou o Batalhão dos Voluntários de D. Pedro I, tornando-se, assim, oficialmente, a primeira mulher do Brasil a assentar praça em uma unidade militar. Por sua atuação, o imperador concedeu-lhe um soldo de “alferes de linha” e a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Outra “heroína” foi Jovita Alves Feitosa, que se tornou uma das mais célebres figuras da Guerra do Paraguai (1865-1870). Temos também, Ana Vieira da Silva, que lutou, clandestinamente, entre tropas legalistas na Revolução de 1932, ocorrida em São Paulo. E, durante a II Guerra Mundial, houve participação feminina junto às Forças Armadas Brasileiras, como enfermeiras da reserva do Exército – quadro criado em dezembro de 1943. (D’Araújo, 2004).

de entrevistas com mulheres militares⁵. As entrevistas foram realizadas entre outubro e novembro de 2006, com cadetes (alunas) da Academia da Força Aérea (AFA – Pirassununga/SP) e mulheres militares do Instituto Militar de Engenharia (IME – Rio de Janeiro/RJ)⁶. Ao todo, foram entrevistadas 26 mulheres militares (entrevistas na forma semi-estruturada), em sua maioria alunas em formação.

Assim, num primeiro momento apresentarei a discussão bibliográfica na qual estrutura-se o trabalho – os estudos de gênero e gênero e Forças Armadas no Brasil – para depois analisar os dados de minha etnografia.

Gênero

O conceito de gênero aqui adotado refere-se à construção social do masculino e do feminino. Com isso, nos atentamos para o aspecto relacional do conceito, que considera esses elementos como dependentes e constitutivos um do outro, ressaltando-se que é nas relações que os sujeitos se produzem e que são atribuídas as percepções do masculino e/ou feminino, de acordo com determinadas situações sociais.

Sob esta perspectiva temos Marilyn Strathern (1997), que pensa o gênero como um tipo de diferenciação categórica que assume conteúdos específicos em contextos particulares. Isto é, o gênero é pensado como categoria “empírica”, como um operador de diferenças não preestabelecidas que marcam e que só podem ser compreendidas contextualmente.

Para Strathern, portanto, gênero refere-se a categorias de diferenciação, que seriam a base para as pessoas nas suas idéias sobre as relações sociais e nas suas ações. Gênero não seria simplesmente pensar na relação “masculino/feminino”, e sim, nas relações internas entre partes das pessoas, tanto quanto sua externalização como relações entre pessoas. Para a autora, ser homem ou mulher surge como um estado

⁵ Durante boa parte da pesquisa foram encontrados alguns obstáculos (falta de dados acerca das Forças Armadas e lentidão no processo de negociação com as organizações militares), demonstrando a dificuldade de acesso a essas instituições que são altamente hierárquicas e formais. No entanto, o trabalho contornou esses problemas quando a pesquisadora teve a oportunidade de participar de um congresso na AFA (III Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, promovido pelo Ministério da Defesa em 2006) que permitiu o acesso à instituição militar e a autorização do comandante da AFA no período estudado para realizar as entrevistas.

⁶ O Instituto Militar de Engenharia (IME) é um estabelecimento de ensino superior que tem por finalidade promover a formação de recursos humanos altamente capacitados para a solução das diversas necessidades do Exército. No IME, você pode optar pelo serviço ativo ou pela reserva, e o aluno não vive sob regime de internato. A Academia da Força Aérea (AFA) também é um estabelecimento de ensino superior, cuja finalidade é a formação dos oficiais da ativa da Força Aérea. Diferente do IME, os cadetes vivenciam um regime de semi-internato durante os quatro anos de sua formação, o que implica um contato mais intenso com os valores militares e com toda a comunidade inserida.

unitário e total apenas em circunstâncias particulares; sendo que esse estado contém dentro dele uma identidade composta, que está suprimida naquele momento. E que este estado unitário só surge através de uma ação (MATOS, 2002).

Para a construção deste argumento, a autora pensa a questão de gênero numa sociedade que não seja a ocidental: os melanésios. Segundo seu estudo:

Não há nada que não seja escondido ou revelado, pois o que está escondido, está escondido até ser revelado e o que é revelado, é revelado a fim de ser escondido. Ao contrário da prática discursiva positivista que supõe que algo trazido à superfície ficará ali, e ao contrário do desconstrucionismo que supõe uma infinita disseminação de referências, os melanésios tratam de esconder novamente o que tornaram conhecido, pois pressupõem particularismo, mas não essencialismo. Quando se revela algo, não se revela sua essência ou segredo; revela-se que contém outra coisa! Não se pode olhar dentro de uma pessoa para descobrir a pessoa verdadeira: encontram-se, em vez disso, outras pessoas (particulares). (STRATHERN, 1997: 27)

Nessa perspectiva, o masculino pode ser percebido contendo o feminino e vice-versa, sem haver nada ambíguo sobre ambos os gêneros; um é uma versão do outro, numa “forma diferente” (cada sexo apresenta uma versão do outro). Segundo Strathern, as pessoas alternam-se entre estados – as coisas (pessoas) são todas versões umas das outras; trata-se apenas de formas que são diferentes. Para a autora, a relação também é construída sempre como uma oscilação entre o que é escondido e o que é revelado. Com isso, “*sabemos que quanto mais revelamos algo, mais o escondemos (...). Não vemos os corpos das mulheres como uma forma de vida social; antes, vemos a vida social escondendo o corpo. Revele-se o corpo e talvez revelemos o que não pode ser construído pela vida social ou pela cultura dominante!*” (STRATHERN, 1997: 45).

Cabe ressaltar que os estudos de Strathern, mesmo tendo sido produzidos em e para um contexto em particular, não deixam de ser aplicáveis a outros contextos e nos fazem repensar no dinamismo de categorias e relações.

Desse modo, tanto a produção dela como a de outras autoras que colaboram nas questões atuais sobre gênero⁷, procuram

(...)eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de maneira ‘não-identitária’. Isto é, rejeitando os pressupostos universalistas presentes na distinção sexo/gênero, convergem na tentativa de analisar criticamente os procedimentos através dos quais gênero é concebido como fixando identidades, e de formular conceitualizações que permitam descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos. (PISCITELLI, 2002: 29)

⁷ Por exemplo, BUTLER, Judith, 1990. *Gender Trouble. Feminism and Subversion of Identity*. Routledge, New York; HARAWAY, Donna, 1991. *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*, Routledge, New York.

Apesar de todo o atual posicionamento teórico em tentar dissolver as dicotomias (masculino/feminino; público/doméstico, etc), temos também que levar em consideração que a sociedade na qual vivemos, naturaliza essas dicotomias. Assim, nota-se que o masculino é sempre visto como o não feminino, no qual o primeiro caracteriza o homem (como um ser “bravo, corajoso, vigoroso”) e o segundo caracteriza a mulher, delimitando-os como diferentes. Mais que isso, em nossa sociedade, opera a dominação masculina e autores como Pierre Bourdieu (2003) e Françoise Héritier (1989) buscam compreender o porquê a classificação do gênero comporta sempre uma hierarquia, onde o masculino se impõe como superior ao feminino.

Segundo Héritier, a sociedade ocidental é caracterizada por uma clara dominação masculina e, conseqüentemente, por uma subordinação da mulher no domínio do político, do econômico e do simbólico. A autora ressalta o campo do simbólico – orientado pela tradição que valoriza e aprecia o homem na sociedade –, evidenciando a existência de um conjunto de valores que ressalta as diferenças entre os sexos, de uma maneira hierárquica (valorativo para o homem e depreciativo para a mulher) e as coloca como naturalizadas na vida social. Assim, há uma espécie de discurso simbólico que remete a uma natureza “feminina” biológica, morfológica e psicológica, que legitima a sujeição das mulheres.

Na tentativa de romper com a dominação masculina, Héritier, em 2002, buscou maneiras de dissolver essa hierarquia e, apresentando exemplos atuais (das sociedades ditas “modernas”), ela evidenciou que a contracepção feminina, isto é, a possibilidade das mulheres exercerem controle sobre as suas capacidades reprodutivas, torna viável a suspensão da sujeição cometida pelos homens.

Bourdieu (2003), também explicita que a dominação masculina está presente em todas as sociedades e legitima-se do fato de todas essas sociedades constituírem-se de uma perspectiva androcêntrica, a qual pressupõe e prescreve a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Logo, a dominação masculina é uma dominação simbólica que implica a naturalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física. Assim, a dominação é imposta e vivenciada pela presença da violência simbólica, uma “violência doce e quase sempre invisível”.

A explicação do primado concedido à masculinidade reside na lógica do que ele chama de “economia de trocas simbólicas” – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e de casamento, em que se determina às mulheres seu

estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens. (BOURDIEU, 2003: 56).

Mesmo que as teorias de Héritier⁸ e Bourdieu não considerem o aspecto da complementaridade entre os gêneros, os estudos de ambos os autores são relevantes para se pensar a dominação masculina presente em nossa sociedade. No entanto, ressalta-se novamente que nosso posicionamento teórico tratará o conceito de gênero como relacional, sob a perspectiva de Strathern, na qual o masculino pode ser percebido contendo o feminino e vice-versa.

Gênero e Forças Armadas no Brasil

A instituição militar no Brasil, embora tenha sido mais estudada pela Ciência Política e Sociologia⁹, ainda é um objeto não muito explorado pela Antropologia, na qual se destacam os trabalhos de Celso Castro (1990; 1993) e Piero Leirner (1997; 2001). Castro apresentou como tema a formação da identidade social do militar – o “espírito militar”. Um ponto central de seu estudo consiste no fato de que essa identidade é construída, sobretudo, em oposição ao civil (“paisano”); assim, há a separação entre “nós” (militares) e o “mundo de fora” (paisanos/civis). Leirner vai mostrar que o registro central na vida militar é operado pela hierarquia, estabelecida como uma espécie de “fato social total”: ao mesmo tempo em que ela representa um princípio formador de identidade coletiva que estabelece uma fronteira clara com o mundo “de fora” (civis), a hierarquia também estruturaria as relações internas aos próprios militares. Dessa forma, tomamos a instituição militar como um “mundo próprio” (baseado numa escala hierárquica e organizado por características internas e exclusivas), interno e não-familiar aos civis.

Assim como há poucos estudos antropológicos acerca da instituição militar, há em menor número ainda, estudos brasileiros, dentro das Ciências Sociais, sobre a participação feminina nas Forças Armadas¹⁰. As autoras que trabalharam com essa

⁸ Ver entrevista com Héritier, na Revista de Antropologia (2004).

⁹ Estas áreas das Ciências Sociais, tradicionalmente trabalharam com um viés que trata das relações do exército com a política (e suas intervenções nela) e com o Estado brasileiro. Há duas revisões bibliográficas sobre esse tema: Coelho (1985) e Zaverucha & Teixeira (2003).

¹⁰ Acredita-se que os primeiros trabalhos brasileiros a respeito da incorporação de mulheres na instituição militar decorrem de estudos realizados por militares. Foram encontrados no ECEME (Escola Superior e Estado-Maior do Exército/ RJ) algumas monografias a respeito deste tema, que indicavam as formas de como deveriam ser realizadas a integração de mulheres ao Exército, Marinha e Aeronáutica, sobretudo nas questões técnicas e operacionais.

temática são: Maria Celina D'Araújo (2003;2004), Suzeley Kalil Mathias (2005), Sônia Carvalho (1990) e Emília Takahashi (2002).

D'Araújo (2003;2004) analisa em seu trabalho a integração das mulheres às Forças Armadas do Brasil, incluindo também uma análise introdutória a respeito de uma possível incorporação de homossexuais – e propondo um balanço de como essas incorporações estão acontecendo nos países membros da Otan e na América Latina. Ressalta-se que o acesso das mulheres às Forças Armadas tem sido de maior assimilação que o dos homossexuais, pelo fato de que as mulheres encontram suas maiores limitações na carreira militar sobretudo em razão de sua aparente “fraqueza física” e vocação maternal; enquanto que os homossexuais são restringidos por valores de ordem moral e religiosa, vistos como desvio ou depravação moral.

No entanto, o processo de assimilação de mulheres e homossexuais à instituição militar só pode ser viável a partir do momento que princípios de igualdade e democracia se tornaram vigentes na maioria dos países. Pois,

As Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e estão intrinsecamente conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si em termos de defesa e de construção de direitos de cidadania e de soberania. A partir disso, pode-se sustentar que tal incorporação é fato importante na definição das relações civis-militares. Isto porque, em princípio, se um país estabelece o alinhamento das Forças Armadas ao poder civil democrático, as Forças Armadas devem expressar o perfil da sociedade à qual servem e obedecem.”(D'ARAÚJO,2004: 440-441)

D'Araújo nos evidencia que as mudanças que as incorporações trazem às Forças Armadas não provocam transformações substantivas na organização, tanto interna quanto externa, da instituição militar; mas alteram alguns comportamentos tradicionais e colocam novos desafios para a formação de um “soldado profissional”.

Suzeley Kalil Mathias (2005) indica três fatores como sendo os principais responsáveis pela incorporação feminina às Forças Armadas nos países latino-americanos: a democracia (que demanda uma maior igualdade na oferta de oportunidades para os cidadãos); a mudança na forma de fazer a guerra (mudanças tecnológicas e administrativas); e um fator “psicossocial”, relacionado à questão do prestígio da profissão militar (que, nos dias de hoje, estaria pouco “atrativa” para o sexo masculino) e da percepção dos agentes sobre a função dos militares¹¹.

¹¹ Sobre a questão do (des)prestígio da profissão militar, temos outros autores, como Carreiras (1997) e Moskos, Willians, Segal (2001), que também afirmam isto. Devido à pouca atração que a corporação militar passou a ter para os jovens do sexo masculino, após a Segunda Guerra Mundial, foi preciso que as Forças Armadas mundiais repensassem novas formas de recrutamento de pessoal, permitindo uma reestruturação nessas instituições e possibilitando a entrada de mulheres.

Voltando ao trabalho de D'Araújo, sobretudo na análise que a autora faz sobre a percepção que as autoridades militares brasileiras têm sobre as mulheres, observamos que, para esses militares

(...)o mundo feminino é classificado de forma diferente e desigual e que as qualidades masculinas são exclusivas, assim como as femininas. E, entre as características femininas, a que mais aparece é a fragilidade. Temos assim, um paradoxo: como admitir mulheres, por natureza fisicamente débeis, em uma instituição que por definição tem que lidar com o monopólio da força bruta? (D'Araújo, 2004: 446)

Desse modo, a autora constata que as autoridades militares brasileiras, vêem as mulheres como seres emotivos, pacificadores, indefesos, delicados, que necessitam de proteção, enquanto que os homens são tidos como seres fortes, agressivos, guerreiros e, portanto compatíveis com a instituição militar que lida com o monopólio da violência.

Assim, segundo a autora “ (...) a entrada de mulheres nas Forças Armadas deve ser vista por dois ângulos: como uma conquista democrática e como um problema institucional” (D'Araújo, 2004: 455). O tema torna-se polêmico porque há quem considere positiva e há quem considere negativa a presença feminina nos quartéis¹².

Sônia Carvalho (1990) nos apresenta um estudo sobre as mulheres militares do Centro de Aplicações Táticas e Recompimento de Equipagens/base naval (CATRE – Parnamirim/RN), revelando as condições de vida delas no trabalho, identificando como são construídas e esperadas as relações entre os homens militares no convívio com as mulheres militares e vice-versa, observando que a presença das mulheres nos exércitos pode nos mostrar que seu reconhecimento no grupo militar opera, antes de mais nada, sobre a sua condição de “ser mulher”, que se sobrepõe ao fato de “ser militar”.

Um ponto interessante do estudo de Carvalho refere-se ao fato do curso de formação militar significar uma adaptação à vida militar com a internalização de valores – disciplina, hierarquia, precisão, rapidez etc – que, segundo ela, são valores militares, mas sobretudo, valores masculinos. Assim, a estrutura disciplinar militar foi construída no modelo universal masculino, visto que foi criada para ser exclusivamente constituída por homens. Sendo assim, as mulheres militares teriam que se “submeter” a um “código masculino”. Então,

(...) não existe mulher ou homem, existe o militar, porém o código é masculino, portanto, a mulher se sobrepõe a identidade militar e se torna ‘militar homem’. A mulher é negada como

¹² M. Van Creveld(2004), por exemplo, defende a tese de que as mulheres nas Forças Armadas quebram a coesão militar, tornando a profissão mais “frouxa”.

mulher, assimila essa negação e passa a ser o militar e não a militar. (CARVALHO, 1990: 90. grifos e ênfases do autor)

No entanto, segundo a autora, o que acaba acontecendo é que a instituição militar apropria-se da representação simbólica do gênero feminino na sociedade, havendo um certo paternalismo. Logo,

(...) o ‘olhar’ da instituição prioriza o ‘ser mulher’, o que justifica um tratamento diferente, mais carinhoso, comprovando as relações de gênero que permeiam o setor militar. Portanto, esse tratamento mais delicado é um mecanismo de relação de poder porque revela a proteção do mais forte ao mais fraco, do dominante sobre o dominado. (CARVALHO, 1990: 146. grifos e ênfases do autor).

Cabe notar que nos deparamos com dois pontos contraditórios na argumentação de Carvalho: num momento a mulher militar é vista como “homem”, e num segundo momento como “mulher”, ao invés de “mulher militar”. A autora, por apresentar uma visão muito engessada sobre masculino/feminino, não soube explicar esse paradoxo e viu o segundo caso ocorrer com mais frequência na instituição militar, e concluiu que no discurso dos militares e das mulheres militares, há a reapropriação da tradicional divisão social dos papéis sexuais, onde homens e mulheres operam em lugares específicos. E, portanto, considera que as Forças Armadas não constituíram um espaço novo de atuação da mulher.

Emília Takahashi (2002) nos apresenta um trabalho sobre a construção da identidade de homens e mulheres na Academia da Força Aérea (AFA-Pirassununga/SP). Embora não tenha uma formação como antropóloga, a autora realiza uma rica etnografia na Academia da Força Aérea, mostrando como se forma o oficial da aeronáutica nos seus quatro anos de formação; indicando as atividades, as dificuldades e os valores adquiridos durante a vigência na instituição.

No que concerne às mulheres militares, a autora indica que

A sobreposição da identidade militar sobre a identidade de gênero ‘feminino’ é o fator essencial para que as mulheres sejam vistas como militares e não mais como ‘acochambradas’, ‘protegidas’, ou até mesmo ‘prejudiciais’ à formação na Academia. Quando as mulheres assumem posturas que caracterizam a profissão militar e não se refugiam em identidades frágeis que necessitam de proteção e cuidados especiais, elas são alçadas à condição de cadetes e, portanto, militares, pelos companheiros. (TAKAHASHI, 2002: 216-217. grifos e ênfases do autor)

Dessa forma, mesmo que todo o processo de construção de identidade para homens e mulheres militares, reaproprie-se da “tradicional” dicotomização da divisão dos papéis sexuais, Takahashi compreende, ao contrário de Carvalho, que

As relações de gênero e poder vivenciadas pelos cadetes no interior da AFA revelam espaços que permitem a subversão do paradigma tradicional ou mesmo a igualdade entre homens e

mulheres. Estes espaços são garantidos por mecanismos tradicionais como por exemplo, a hierarquia e a disciplina, ou por novas formas de relação entre homens e mulheres dentro da instituição militar. (Idem : 252)

Com isso, a autora conclui que os cadetes podem vivenciar uma multiplicidade de papéis no decorrer de sua formação na Academia, de acordo com o sentimento de pertença a determinados grupos (esquadrão, Quadros, Cadeia de Comando, mulheres, filhos de militares, etc.), mas também segundo a posição que ocupam em determinadas situações, através de um processo que gera comparações e diferenciações sociais. E que, ao final do quarto ano, tanto mulheres quanto homens, apesar de todas as diferenças notadas, se identificam, em última instância como **militares**, o que tende a diluir as diferenças entre sexo, Quadro, procedência geográfica, origem escolar.

Pesquisando e analisando: as mulheres no militarismo

Atualmente no Brasil, ainda há uma pequena porcentagem de mulheres nos quartéis, conforme podemos constatar na tabela abaixo:

QUADRO I – Contingente Militar das Forças Armadas¹³

COMANDO	CONTINGENTE MILITAR		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Aeronáutica	94 % (69.918)	6 % (4.400)	100 % (74.318)
Exército*
Marinha	95,8 % (53.482)	4,2 % (2.338)	100 % (55.820)
TOTAL	94,8 % (123.400)	5,2 % (6.738)	100 % (130.138)

* Dados não fornecidos.

¹³ *Fonte:* Comando das Forças/ Brasília, março de 2006. Os dados foram fornecidos pelo Prof. Dr. Celso Castro (FGV/RJ).

Embora esta participação venha aumentando na medida dos anos, as mulheres ainda são limitadas às funções administrativas e, portanto, deslocadas de funções de combate.

Dessa forma, na instituição militar, os homens desempenham várias funções das quais as mulheres são restringidas, sobretudo em função de explicações que ocorrem no campo bio-psíquico (por exemplo, observa-se a idéia de que o homem possui “força”, que tem um instinto mais “violento/corajoso”, que é o “guardião” da família – e por isso, tem o dever de proteger a mulher e os filhos; enquanto que a mulher é mais “pacífica”, “frágil”, que tem o dever de cuidar da casa – campo privado). Sugere-se que o espaço público, sobretudo neste caso, o militar – simbolicamente o espaço da guerra (monopólio da violência legítima), defesa, coragem – seja categorizado como “masculino”¹⁴. Seguindo esta lógica temos que nos atentar que essas explicações de cunho bio-psíquico, indicam uma implicação de cunho sociológico, nos apontando para a opção social da dominação masculina.

* * *

Passemos agora à análise dos dados mostrando através das entrevistas como é ser militar para as mulheres; apresentando alguns casos do cotidiano delas; e evidenciando os processos de construção de masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas. Cabe ressaltar que os trechos de entrevistas apresentados neste trabalho são representativos de pensamentos que a pesquisadora pôde encontrar não somente entre os entrevistados, mas também entre aqueles com os quais manteve contatos informais durante a época da pesquisa.

Para começar a pesquisa, partimos da hipótese de Carvalho: a de que “**ser mulher**” **sobrepõe-se ao fato de “ser militar”**, ou seja, que a presença de mulheres nas Forças Armadas mostra que seu reconhecimento no grupo militar opera, antes de mais nada, sobre a sua condição de “ser mulher”, visto que a instituição militar é predominantemente masculina e de estrutura paternalista. No entanto, com o decorrer das entrevistas notamos que não só esta situação aparecia, mas que também havia a configuração de outras situações em determinados contextos. Então havia momentos em que “ser mulher” era mais evidente, e havia momentos em que “ser parecido com um

¹⁴ Sobre isso, ver Goldstein (2001).

homem” aproximaria mais a mulher da realidade militar. Exemplificaremos abaixo esses tipos de configurações pelas narrativas encontradas no trabalho.

1- “Ser mulher” se sobrepõe ao fato de “ser militar”

Durante a pesquisa, nas conversas com militares homens e mulheres, e nas entrevistas, houve uma preocupação por parte deles em sempre demonstrar que as mulheres nas Forças Armadas têm o mesmo tratamento que os homens e que, enfim, todos são militares e fazem as mesmas atividades. Este argumento é manifestado por frases como “A idéia das Forças Armadas, não só do Exército, é fazer algo assexuado. O militar, eles dizem (a corporação), **o militar é assexuado**”.

No entanto, fica claro que, junto com essa idéia de **igualdade** – o fato de homens e mulheres realizarem as mesmas atividades, como provas e exercícios físicos – encontra-se o seu oposto, a **diferença**. Pois, ao mesmo tempo em que assumem que todos têm um tratamento igual, as mulheres também reconhecem que, devido a condições de base biológica – se consideram mais fracas que os homens – e a outras condições psicológicas e sociais, elas em certos momentos admitem que são tratadas de forma dessemelhante:

A gente tenta defender que não é diferente, mas é diferente, entendeu!? Os oficiais eles tentam se policiar quanto a isso, mas pela figura feminina já ser uma coisa né, um **default** dela ser **fragilizada**. Então tem uma atenção maior, um jeito diferente de falar, um instinto subinconsciente de **proteção**. (Tenente IME)

E essa diferença, expressa principalmente no tratamento a que elas são submetidas por oficiais e homens – um tratamento ora educado demais, ora preconceituoso – acaba causando um maior desconforto na relação entre homens e mulheres no militarismo, como relatado no seguinte caso:

ele atende com mais educação ou comete falhas do tipo: o militar quando entra no elevador, o mais antigo¹⁵ é que vai na frente. Só que se o mais moderno for um homem isso não causa nenhum problema, se for uma mulher aí ele não sabe se ele entra na frente ou não. Então ele passa a gente na frente, mas não passa o outro. E isso causa algumas arestas entre os pares porque aí vira um tenente colega e fala: “mas porque você pode e eu não posso? Se nós somos tenentes, temos a mesma patente, ganhamos o mesmo salário.” (Capitão, IME)

¹⁵ Na linguagem própria dos militares, “mais antigo” é o militar mais graduado e “mais moderno”, o menos graduado. Por exemplo, para um cadete do 1º ano, um cadete do 2º ano já é considerado mais antigo.

Assim, o tratamento que, a priori, era igual para ambos os sexos, passa a revelar uma série de divergências, que implicam em dificuldades para o acesso das mulheres aos quartéis, pois tratamentos como os descritos acima, comprometeriam um dos principais valores do militarismo: a hierarquia. Desse modo, a chegada das mulheres dentro da instituição militar promoveu o surgimento de novas relações entre homens e mulheres que não estavam prescritas anteriormente, e que são construídas de forma a legitimar a tradicional divisão social dos papéis sexuais.

Junto com as dificuldades, começam a surgir brincadeiras e preconceitos que sempre recorrem ao fato delas serem mulheres: “se **uma mulher é desleixada**, entre 20, então **todas são**”.

Nas entrevistas com as cadetes da AFA, era recorrente elas se sentirem muito cobradas pelos outros cadetes, por cadetes mulheres mais antigas e por alguns oficiais – homens e mulheres, por serem minoria e por serem caracterizadas como o “sexo frágil”.

Um outro caso interessante sobre o modo como alguns oficiais tratam as mulheres, refere-se à narrativa de uma capitão, que nos relatou que quando foi fazer um curso no CEP – Centro de Estudos de Pessoal do Exército -, em 1989, ela era a única mulher militar praça (sargento) e conseguiu passar em primeiro lugar no curso, ser a 01. No dia da formatura, o comandante do CEP lhe falou “**mas como é que você vem aqui tirar o primeiro lugar dos meus sargentos**”.

Voltando às cadetes da AFA, temos que o fato da intensa cobrança, conseqüente de serem tidas como o foco em quase todas as situações vivenciadas na Academia, é a maior desvantagem – e leia-se **desigualdade** - para elas no meio militar. O melhor exemplo dessa situação foi o exercício de campanha (acampamento)¹⁶ relatado pelas cadetes do segundo ano:

No acampamento só escolheram mulheres para matar bichos. Eles acham que as mulheres não vão conseguir. Só porque a gente é **mulher**, eles acham que a gente é **mais fraca**, tem mais sentimentalismo.

eu ia matar tranqüilo o coelho, mas na hora de matar deram o coelho pra uma outra menina, que tava com uma **cara de desesperada**. Eu fiquei andando com o coelho a instrução inteira, ele me machucou toda, o coelho tinha as unhas grandes, me arranhou toda, sangrou, infeccionou. Mas na hora de matar, eu já tava planejando em dar uma porrada só nele com toda

¹⁶ O “Exercício de Campanha”, também chamado “Exec” é realizado em todos os anos, com diferentes graus e atividades a serem realizados. O Exec-1, por exemplo, constitui em acampamentos em matas fechadas com o intuito de ensinar o básico sobre um acampamento militar, montar barracas, primeiros socorros, se deslocar em ambientes de mata, ser responsável pelo seu armamento, etc.

a força, mas o instrutor me chamou e pediu para outra menina matar o coelho. Aí me deu uma galinha, mas também não me deixou matar, porque ele falou que eu tava com **cara de malvada** e que eu ía matar tranquilamente e não deixou eu matar. Daí eu não matei nada.

De todos os assuntos abordados nas entrevistas, este foi o tema que mais causou revolta nas mulheres. As cadetes não se conformaram em terem sido as únicas a passarem por atividades como matar coelhos e segurar cobras, porque isso parecia, a todo o momento, querer afirmar que elas eram “fracas” e os homens não. O discurso da cadete que não matou o coelho por estar com “cara de malvada”, mostra que a intenção era a de pressionar as mulheres consideradas “desesperadas”.

Com isso, fica evidente que a relação das mulheres com a instituição militar ainda é um pouco delicada e cheia de obstáculos, como já sugeriram D’Araújo, Carvalho e Takahashi. Isso é facilmente revelado nas brincadeiras que as cadetes são submetidas por seus colegas homens; brincadeiras que na maioria das vezes, falam sobre a aparência física das mulheres, mostrando que, de fato, elas chamam a atenção por serem minorias num meio predominantemente masculino.

E um dos pontos onde mais surgem desavenças entre cadetes homens e mulheres, em relação à aparência física, é o cabelo.

Essa discussão foi gerada porque, na época da primeira turma de mulheres cadetes na AFA, em 1996, havia um regulamento que indicava que as mulheres deveriam ter o cabelo curto durante o processo de formação como oficiais. Com o passar dos anos, o regulamento mudou e permitiu o coque como padronização para o cabelo comprido da mulher. Mas, atualmente, o regulamento está em fases de reformulação e cogitou-se voltar a obrigar o corte curto no cabelo das cadetes. Ficou claro nos discursos analisados, que o cabelo (comprido de preferência) indica o ser mulher para as cadetes, mostrando uma preocupação sobre a feminilidade, mesmo dentro de uma Academia Militar, ressaltada pela frase de uma cadete: “antes de ser militar, eu sou mulher”.

Ainda sobre a discussão do cabelo, fomos informados que, atualmente (2006), haveria apenas três mulheres com cabelo curto na Academia. E, uma delas, como poderemos notar a seguir, foi motivo de uma nova polêmica entre os cadetes:

Cadete 1 - Surgiu esse negócio de cortar o cabelo. Ninguém cortou o cabelo mas eles ficam dizendo que a gente tem que cortar , e uma garota do nosso esquadrão cortou o cabelo por opção própria e eles ficam falando dela porque ela cortou o cabelo.

Cadete 2 - Ela gosta disso, então ela tenta ao máximo **ficar próxima da realidade militar** porque o cabelo curto é muito melhor. É mais prático e **você fica mais parecido com um**

homem mesmo. Ela tenta ficar mais parecida assim pra se adequar mesmo aos padrões porque o cabelo curto é melhor, ela malha e tal pra ficar forte, se parece com um menino normal e por isso todo mundo julga ela. Em vez de todo mundo elogiar “é isso aí que a gente quer, ela é sinistra, esse é o padrão”. Aí começam a denegrir a imagem dela, dizendo que ela parece um menino e isso é ruim.

Cadete 3 - Enfim, se você é **mulher e feminina** é ruim porque você é **fraca**, se você é **forte** e parece com um **menino** é ruim porque você é **macho**.

Então, para as cadetes os homens sempre irão cobrá-las, quer elas tomem atitudes contra ou a favor deles. No entanto, o mais importante desses discursos é a evidência de que, em determinados contextos, você **ser parecido com um homem te aproxima mais da realidade militar**. E assim partimos para uma nova configuração da mulher no meio militar:

2- A militar ser parecida com um homem, aproxima-a da realidade militar

A narrativa seguinte ilustra muito bem esta afirmação:

O fato de ser mulher aqui, eu acho que é diferente. Hoje em dia sou eu numa sala de trinta e nove, só eu num mundo de 113 homens. Acaba que a gente fica **íntimo**, porque eu passo **mais tempo com os homens** do que com as mulheres. Eu tenho aula com eles das 7 da manhã até às 4 da tarde. E acaba que a gente cria muita intimidade, você fica muito tempo com aquelas pessoas e eles até brincam comigo, falam que eu **não sou mais mulher**, que eu **sou homem**, que eu não tenho mais feminilidade, eles me chamam de **Peixotão***. Tudo pra diminuir a diferença, eu acho. (...)Essa foi uma maneira que eu me inseri na aviação. Eu não considero que isso seja preconceito, até porque se eles dizem que **eu sou homem agora**, que eu faço tudo o que eles fazem, é porque eu **alcancei os objetivos comuns pra todos**. Se eles me vissem **como mulher** seria porque **eu ainda pecava em alguns aspectos** e ainda faltava alcançar alguma coisa. (Cadete 2º ano)

* nome de guerra (fictício) é cadete Peixoto.

Com isso, quando a cadete diz que passou a ser vista como homem por seus companheiros, ela acredita que isso a torna mais militar: “alcancei os objetivos comuns a todos”.

Neste sentido, para ser vista mais como militar do que como mulher em certas situações, é preciso apresentar um conjunto de elementos tidos como mais masculinos. Esses elementos são os próprios valores apreendidos na Academia, como os ideais de liderança e coragem, que sempre foram marcados, seja no mundo militar ou no civil, como valores “inatos” do homem.

Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a “distância em relação ao papel”, a autoridade

dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens. (BOURDIEU, 2003, p.78, ênfases do autor)

A instituição militar, portanto, é vista como um espaço masculino. Mas a chegada de mulheres nessa corporação não implica dizer que elas deixem de ser femininas ou que elas passem a ser masculinas; e sim que as mulheres, na sua formação como oficiais militares, apresentariam elementos masculinos mais preponderantes do que femininos. A idéia do masculino e do feminino, como já mencionado anteriormente, é entendida como histórica e socialmente construída, sendo esses dois elementos imbricados um no outro e presentes em todas as pessoas (Strathern, 1997). E isto nos mostra uma outra configuração em que o “ser mulher” é evidenciado, de um modo que:

3- As mulheres reconhecem o espaço militar como masculino, mas indicam que há situações em que elas empregam atitudes e comportamentos mais femininos que trazem mudanças positivas nas relações dentro da instituição militar.

Assim, as mulheres não deixam de afirmar as mudanças que trouxeram ao militarismo, principalmente algumas atitudes e comportamentos que, segundo elas, são tipicamente femininos, como o sentimentalismo e o “jeitinho” de resolver as coisas. Segundo uma Tenente do IME:

A mulher ela é muito mais **desenvolta**, mais extrovertida, **principalmente no meio militar, ela consegue muito mais ter o jeitinho de conseguir botar a opinião dela, dizer o que ela quer, sem furar cadeia de comando**, sem dizer que ela tá querendo passar por cima de ninguém. Os homens não sabem lidar com isso, eles não tem esse jeito. Por exemplo, eles acham que toda ordem que chega até eles é incontestável, só que não é. Existe o seu direito de reivindicação, as pessoas acham que não, que no militarismo quando você recebe uma ordem, você tem que executar sem sequer contestar. Você pode dialogar com o seu comandante e estudar com ele a viabilidade. Você só tem que saber abordar o assunto(...) Os meninos não tem esse *feeling*.

Dessa forma, elas afirmam que a instituição militar ainda é “engessada” por uma estrutura paternalista, e que a mulher, com mais “sentimento”, mais “versatilidade”, consegue tirar um pouco essa “rigidez” do militarismo e buscar soluções mais sábias que os homens.

Logo, as mulheres, aos poucos, vêm incorporando às Forças Armadas, o que elas consideram como um “traço de feminilidade na masculinidade”, para voltarmos à Strathern. Na Academia da Força Aérea, por exemplo, no de 2006, havia uma mulher como presidente da SCAer (Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica) e outra como líder do quadro da Intendência – o que coloca para elas uma maior participação feminina no

comando de certas atividades na Academia e um grande avanço, visto que, elas são em minoria lá. Sem contar que, no mesmo ano, ocorreu a formação das primeiras mulheres aviadoras do Brasil.

Considerações finais

O presente trabalho buscou entender como se compõem internamente as Forças Armadas, isto é, objetivou compreender os indivíduos inseridos na instituição militar, focalizando a presença das mulheres nas Forças Armadas, na tentativa de buscar uma inter-relação entre estudos militares e gênero. Cabe ressaltar que ainda estamos trabalhando sobre este tema, com o intuito de ampliar a pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativamente, buscando comparações com outros países e um maior aprofundamento teórico.

A etnografia aqui apresentada partiu da hipótese de que “ser mulher” se sobrepõe ao fato de “ser militar”. Essa premissa estava contida no fato de que as mulheres militares, as vezes, recebem um tratamento diferenciado e se consideram mais cobradas que os homens, visto que a instituição militar sempre foi considerada como um espaço simbólico masculino. Assim, pudemos observar através das entrevistas, algumas dificuldades enfrentadas por elas no meio militar. Esse tipo de tratamento, que evidenciaria uma desigualdade na relação entre homens e mulheres dentro de uma academia militar, é a reapropriação da tradicional dicotomização dos papéis sexuais vivenciada pela nossa sociedade, de uma forma geral – sociedade onde se impera uma dominância masculina¹⁷.

No entanto, com o decorrer da análise dos dados, também pudemos evidenciar uma outra idéia, a de que a mulher se reconhece como militar no seu ambiente de trabalho, quando passa a ser menos feminina e mais masculina.

Assim, o dilema mostrado em Carvalho, de que num momento a mulher militar é vista como “homem”, e num outro momento como “mulher”, ao invés de “mulher militar”, é frequentemente encontrado nos discursos das mulheres que foram entrevistadas. Logo as duas afirmações são evidentes, e, se por um lado as mulheres consideram que para serem mais vistas como militares, precisam apresentar menos qualidades tidas como femininas (fragilidade, delicadeza) e incorporar qualidades

¹⁷ Cabe lembrar que a nossa sociedade pensa a todo o momento por pares de oposição, havendo uma produção e reprodução contínua, um trabalho constante de diferenciação a que homens e mulheres estão sempre submetidos e que os leva a distinguir-se masculinizando-se ou feminilizando-se. (Bourdieu, 2003)

“naturalmente” tidas como mais masculinas (liderança, coragem); por outro lado, elas reconhecem que o fato de serem mulheres num meio predominantemente masculino, embora apresente algumas dificuldades, também proporciona algumas mudanças positivas, principalmente em atitudes e comportamentos, gerando, de acordo com elas, uma maior flexibilidade e um maior sentimentalismo no militarismo.

Tudo isso mostra que, com as mulheres nas Forças Armadas, as percepções de feminilidade e masculinidade estão, a todo o momento, sendo articuladas e (re)construindo as relações do cotidiano na instituição militar.

A longo prazo no militarismo, supomos, que a mulher consiga articular melhor os elementos femininos e masculinos na sua profissão. Até porque, como Takahashi nos descreve, a pressão por padrões de homogeneização é mais presente nos primeiros anos de Academia Militar. Com o passar dos anos na profissão militar a mulher também terá chances de ocupar cargos de comando. No ano de 2007, por exemplo, tivemos a promoção da primeira turma de mulheres oficiais do Exército a oficiais superiores (posto de major)¹⁸.

A incorporação das mulheres também não deixa de ser um constante desafio para a instituição militar, porque a cada nova situação que possa surgir com o contingente feminino nas Forças Armadas (promoção de posto, casamento entre militares, etc) é preciso buscar novas formas de adequação que não comprometam as regras e normas da instituição, que sempre foi caracterizada por um código masculino por excelência.

Por fim, o que propomos com este paper, é que a análise sobre as Forças Armadas e gênero, busque superar binarismos lingüísticos e conceituais rígidos, levando-se em consideração as percepções sobre masculino e feminino como interdependentes e constituintes uma da outra. Com isso, espera-se lidar com a multiplicidade, além de questionar as relações de poder fixas que acabam nos parecendo tão naturais.

¹⁸ Essas mulheres começaram a carreira militar em 1992, na Escola de Administração do Exército (EsAEX) localizada em Salvador/BA.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre., *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1998]
- CARREIRAS, Helena. “Família, Maternidade e Profissão Militar”. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ, vol. 5, p.69-81, 1997.
- CARVALHO, Sônia. *Casa-Caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal. Mimeo, 1990.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. “A origem social dos militares”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo , nº 37, 1993.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*, São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. “Arqueologia da Violência”, in *Guerra, Religião e Poder*, Lisboa: Ed. 70, 1980.
- COELHO, Edmundo C. “A Instituição Militar No Brasil”. In: *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 19, p. 3-19, 1985.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. “Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas”. *Security and Defense Studies Review*, vol.3, nº.1, 2003. Disponível em: <<http://www3.ndu.edu/chds/journal/index.htm>>
- _____. “Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil”, in Castro, C. ; Izecksohn, V. ; Kraay, H. (orgs.), *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.
- D’ARAÚJO, M. C. ; CASTRO, C. ; CHEIBUB, Z. B.. *O Brasil e as forças armadas na percepção dos oficiais da Marinha*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.
- GOLDSTEIN, Joshua. *War and Gender*, Cambridge:Cambridge University Press, 2001.
- HÉRITIER, Françoise. “Masculino/Feminino”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 20, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 11-26, 1989.
- _____. *Masculino Feminino/ II: dissolver a hierarquia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- LEIRNER, Piero. C. *Meia-Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*, Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.
- _____. *O Sistema da Guerra*. Tese de Doutorado. DA/FFLCH/USP. Mimeo, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Guerra e Comércio entre os Índios da América do Sul”, in Scaden, E., *Leituras de Etnologia Brasileira*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 [1943].

MATHIAS, Suzeley K. As Mulheres chegam aos quartéis. *Resdal Eletrônica*. Argentina, 2005. Disponível em: <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-kalil.html>>. Acesso em 15/05/2006.

MATOS, A. A. “Feminilidades e Gênero: re-lendo Cláudia e Nova”. *Revista de Ciências Humanas*, Taubaté, 2002.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a Categoria Mulher”. In L. M. Algranti (org.) *A Prática, Feminista e o Conceito de Gênero, Textos Didáticos*, n.48. Campinas: UNICAMP, 2002.

STRATHERN, Marilyn. “Entre uma melanesista e uma feminista”, *Cadernos Pagu* (8/9), Campinas: UNICAMP, p.7-49, 1997.

SZTUTMAN, R e NASCIMENTO, S. “Antropologia de corpos e sexos: entrevista com Françoise Héritier”. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, vol. 47, nº 1, 2004.

TAKAHASHI, Emília. *Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Dissertação (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas. Mimeo, 2002.

VAN CREVELD, Martin. *Sexo privilegiado: o fim do mito da fragilidade feminina*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ZAVERUCHA, J.; TEIXEIRA, H. B. “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): Uma Síntese”. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 55, p. 59-72, 2003.